

212 9



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0184670-4

IMPETRANTE: PEDRO JOÃO DOS SANTOS

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ÓRGÃO JULGADOR: 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

EMENTA:

5456.
DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA REJEITADA. PACIENTE COM CÂNCER DIFERENCIADO DA TIREÓIDE. MEDICAÇÃO DE CUSTO ELEVADO. RECURSOS FINANCEIROS ESCASSOS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. DIREITO À VIDA E A SAÚDE. DEVER DO ESTADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A saúde constitui direito fundamental inerente a todo ser humano. Inteligência dos arts. 5º e 196 da Constituição Federal. 2 - Detém o cidadão brasileiro, privado do acesso a medicamentos de alto custo e essenciais à manutenção de sua vida, o direito de receber do Estado a prestação integral de assistência à saúde. 3 - Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem apenas determina o cumprimento de obrigação já imposta pela própria Constituição da República. 4 - É patente a gravidade da doença que aflige o impetrante, pelo que o fornecimento da medicação pleiteada é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados constitucionalmente. 5 - Demonstração inequívoca da



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

necessidade do medicamento almejado, prescrito por médico especialista. 6 – Segurança concedida para determinar que a autoridade coatora forneça o medicamento prescrito ao impetrante enquanto perdurar seu tratamento. 7 – Decisão unânime.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança nº 0184670-4, em que figuram como impetrante, Pedro João dos Santos e, como impetrado, Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, acordam os Senhores Desembargadores componentes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em proferir a seguinte decisão: "indiscrepantemente, ultrapassadas as objeções formais, nos termos do voto do relator e ainda neste diapasão, concedeu-se a segurança, reafirmando-se a liminar anteriormente concedida, mantendo-se o fornecimento do medicamento até o fim do tratamento indicado".

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. José Carlos Patriota Malta

Relator do Acórdão

214 78
9.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0184670-4

IMPETRANTE: PEDRO JOÃO DOS SANTOS

**IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

ÓRGÃO JULGADOR: 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por PEDRO JOÃO DOS SANTOS, contra ato comissivo coator do SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO, objetivando provimento judicial no sentido de determinar a autoridade impetrada que autorize o fornecimento pelo Sistema Único (SUS) do medicamento Thyrogen 0,9 mg, (TSH Recombinante) – 02 (duas) ampolas.

Narra o Impetrante ser portador de câncer diferenciado da tireóide (CDT), necessitando realizar, de acordo com laudo médico, uma varredura com o uso de TSH Recombinante (THYROGEN) para avaliar metástases, depois de ter se submetido à cirurgia para retirada do câncer da tireóide, seguida de radioiodoterapia e doses supressivas de levotiroxina, visando reduzir os níveis séricos de TSH para minimizar o crescimento de qualquer tumor residual.

215 79
K



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

Explica que a única opção medicamentosa que surtirá o efeito desejado é a acima especificada, ao tempo que ressalta da sua impossibilidade de adquirir o medicamento pretendido, em face da incompatibilidade verificada entre o alto preço desse medicamento e a sua precária condição financeira.

Noticia que, depois de diligência da Defensoria Pública no sentido de obter, por ofício, a medicação junto à Secretaria de Saúde do Estado, restou indeferido o seu pleito, de acordo com o Ofício nº 091/2009, datado de 16 de janeiro de 2009.

Invocando os fundamentos constitucionais baseados na proteção da vida e da saúde, bem como os constantes da Lei Federal nº 8.080/90, requer a concessão da segurança, inclusive em sede liminar, para que lhe sejam disponibilizadas doses necessárias do medicamento Thyrogen 0,9 mg, (TSH Recombinante) – 02 (duas) ampolas.

Acostados à inicial foram juntados os documentos de fls. 19/21.

A liminar foi deferida à fl. 38/43.

A Autoridade Coatora apresentou as informações às fls. 53/64, suscitando, em preliminar, ausência de prova pré-constituída na ação mandamental e, no mérito, pugnou pela revogação da liminar e denegação da segurança.

A Douta Procuradoria de Justiça opinou às fls. 73/75 pela rejeição da preliminar e, no mérito, pela concessão da segurança.

216 80
6



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

É, em síntese, o relatório.

Remeta-se à pauta.

Recife, 25 de agosto de 2009.

Des. José Carlos Patriota Malta

relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0184670-4

IMPETRANTE: PEDRO JOÃO DOS SANTOS

**IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

ÓRGÃO JULGADOR: 2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

VOTO RELATOR

Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, admito o presente mandado de segurança.

VOTO DA PRELIMINAR: ausência de prova pré-constituída.

Quanto a esta preliminar, tendo como totalmente rejeitada.

Restaram suficientemente comprovados os fatos alegados pelo impetrante. Os documentos apresentados demonstram a necessidade da medicação pleiteada por indicação de médicos da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco.

Não se verifica, na hipótese, a necessidade de dilação probatória, pelo que tenho como afastada a preliminar argüida pela Autoridade impetrada.

VOTO DE MÉRITO

No presente processo, o Impetrante busca o reconhecimento à proteção de seu direito de receber do Estado a prestação de assistência à



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

saúde, direito que consiste no fornecimento do medicamento Thyrogen 0,9 mg, (TSH Recombinante) -- 02 (duas) ampolas para tratamento de câncer diferenciado da tireóide (CDT).

O pedido liminar formulado em razão do ato comissivo do Estado, através da sua Secretaria de Saúde, em atender ao pleito do Impetrante, privado de acesso ao medicamento, bem assim de sua situação econômica, inviabilizando a aquisição da droga, leva-o a recorrer a esta Corte de Justiça através do remédio processual cabível à espécie, o Mandado de Segurança.

Esta relatoria à época da distribuição processual do *mandamus*, diante das circunstâncias especiais do caso, concedeu a medida liminar pleiteada em decisão fundamentada às fls. 38/43.

Nessa decisão (fls. 42), foi colacionado o seguinte julgado:

RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90. O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei n. 8.080/90, de 19 de setembro de 1990. O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido". 9STJ - 2ª Turma, REsp. nº 212346, Rel. Min. Franciulli Netto, in DJU de 04.02.2002)



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

A gravidade da moléstia que afeta o Impetrante não dá azo a procedimentos burocráticos, ainda mais quando sua pretensão encontra respaldo na norma constitucional, infraconstitucional e na jurisprudência.

Não resta dúvida de que o mesmo tem direito ao acesso do medicamento reclamado. Nessa direção, com muita propriedade fundamentou a Douta Procuradoria de Justiça em seu judicioso parecer a fl. 75, que trago para integrar a presente decisão, cujo teor diz o seguinte:

“... o impetrante fez prova de haver requerido o medicamento perante a Secretaria Estadual de Saúde e de esta haver-lhe negado dito fornecimento (fls. 22 e 23). Ademais, é de se observar que estamos diante de uma situação excepcional em que não se poderia exigir que esgotasse as vias administrativa para, só posteriormente, recorrer à via judicial, sob pena de ter seu estado de saúde ainda mais agravado.

Note-se também que o impetrante fez prova bastante da necessidade do medicamento em questão para a eficácia do tratamento prescrito. Isso porque quem deve ministrar o tratamento adequado para a enfermidade é o médico especialista da área, que detém conhecimentos específicos para tal, o que foi feito conforme laudos médicos acostados nos autos.”

Em contrapartida, observo que os argumentos defendidos pela Autoridade Impetrada não merecem acolhimento frente ao que estabelece o art. 36, parágrafo único da Lei nº 8.080/90 que autoriza a Administração Pública, em situação emergencial, valer-se da transferência de recurso, motivo pelo qual é desprovido de força o argumento no sentido de que a medicação,



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Gabinete Desembargador Patriota Malta

em questão não se encontra inserida na listagem da Portaria do Ministério da Saúde ou qualquer outro Programa de Medicamentos.

De outra banda, tenho como inconsistente também a tese defendida pela autoridade impetrada ao argumento de que não pode o Judiciário interferir numa atividade que é interente à Administração Pública, uma vez que, segundo a CF/88, *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"* (CF, art. 5º, inciso XXXV). Assim, à luz desse postulado constitucional da ubiquidade da Justiça, é perfeitamente possível ao Judiciário examinar e controlar os atos praticados pela Administração Pública quando acoimados de ilegais ou abusivos, o que em absoluto caracteriza interferência na atividade administrativa estatal.

Assim, a necessidade do medicamento, bem assim a urgência na prestação jurisdicional, restou comprovada pela farta documentação juntada aos autos.

Por essas razões, **CONCEDO A SEGURANÇA**, confirmando a liminar já deferida, a fim de que a medicação requerida seja fornecida ao Impetrante enquanto perdurar o tratamento médico.

É como voto.

Revisar 16/09/2009.

Des. José Carlos Patriota Malta

[Assinatura]
relator